

Os pronomes pessoais átonos e sua sintaxe de colocação nos livros didáticos

Francisco Eduardo Vieira da Silva*

Resumo:

Neste artigo é verificada a forma como os livros didáticos abordam os pronomes pessoais átonos e a sua sintaxe de colocação. Para isso, foram analisados Faraco & Moura (1997) e Carvalho & Ribeiro (1998), manuais de ensino de língua portuguesa a alunos de 5ª a 8ª séries. O escopo principal do estudo é a exposição dos fatos averiguados na pesquisa; contudo, quando oportunas, reflexões acerca dos conceitos e metodologias propostos pelos autores dos livros são realizadas.

Por ser um tópico gramatical abordado de modo estritamente normativo, a *colocação dos pronomes pessoais átonos* (CPPA) torna-se um assunto polêmico e controverso para os estudantes brasileiros de língua portuguesa. Acreditamos que agravam essa situação dois motivos principais: (i) a freqüente substituição de alguns *pronomes pessoais átonos* (PPAs) pelas suas respectivas formas retas, em enunciados vazados no registro informal; (ii) a explicitação das regras lusitanas de CPPA, inadequadas ao falante do português brasileiro. Tais fatores distanciam a norma culta e coloquial da língua, fazendo com que enunciados gramaticalmente corretos assemelhem-se a verdadeiras construções “alienígenas” para, por exemplo, um estudante da segunda etapa do ensino fundamental.

Nesse confuso panorama, autores de *livros didáticos* (LDs) de língua portuguesa deparam-se com algumas dificuldades na abordagem desse tópico gramatical em sala de aula. O principal objetivo deste artigo é mostrar como esses profissionais fazem para - na impossibilidade de sanar - atenuar essas enormes diferenças entre os registros informal e culto da língua, as quais dificultam o ensino da CPPA em nossas escolas. Apesar desse escopo que prima apenas pela exposição dos fatos, serão tecidas - quando oportunas - algumas reflexões a respeito dos conceitos e da metodologia propostos nos LDs.

Carvalho & Ribeiro (1998) e Faraco & Moura (1997) foram as duas coleções escolhidas do *Guia do livro didático: 5ª a 8ª séries*, publicado pelo MEC (Brasil, 1998) na tentativa de representar perspectivas diferentes do tema a ser analisado. Além de livros que discutem o ensino de língua portuguesa na sala de aula, a análise dessas coleções foi fundamentada em Bechara (1999), uma vez que se trata da gramática normativa do português mais concatenada com a evolução dos estudos lingüísticos e das pesquisas em língua portuguesa.

1. A SINTAXE DE COLOCAÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS NA GRAMÁTICA NORMATIVA

*Trabalho realizado na disciplina Língua Portuguesa 5, no curso de Letras da UFPE, sob orientação da Professora Márcia Mendonça, em 1999.2.

De acordo com Evanildo Bechara (1999:587), o “pronome átono pode assumir três posições em relação ao vocábulo tônico” a que se liga, nomeadas *ênclise*, *próclise* e *mesóclise*. A ênclise é a posposição ao vocábulo tônico; a próclise, a anteposição; e a mesóclise, a interposição.

No que tange à explicitação das regras de colocação desses pronomes, Bechara é de opinião de que a Gramática Normativa, baseada na tradição literária, descreve as regras que se adequam ao falar lusitano, o qual difere por completo do falar brasileiro. Logo, o autor enumera as “normas que, sem exagero, são observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas (p. 587)”. Tais normas podem ser resumidas de acordo com o esquema que segue.

1.1. Em relação a um só verbo: (i) não se inicia período por pronome átono; (ii) geralmente, não se pospõe pronome átono a verbo flexionado em oração subordinada; (iii) não se pospõe pronome átono a verbo modificado diretamente por advérbio (isto é, sem pausa entre os dois, indicada ou não por vírgula) ou precedido de palavra de sentido negativo; (iv) não se pospõe pronome átono a verbo no futuro do presente e futuro do pretérito. Usa-se a próclise ou a mesóclise, se não forem contrariados os princípios (i), (ii) ou (iii); (v) não se pospõe ou intercala pronome átono a verbo flexionado em oração iniciada por palavra interrogativa ou exclamativa.

1.2. Em relação a uma locução verbal: (i) quando a locução for constituída de um verbo auxiliar e um verbo no infinitivo ou no gerúndio, se os princípios relacionados em 1.1. não forem contrariados, o pronome átono pode aparecer proclítico ou enclítico (ligado por hífen) ao auxiliar ou enclítico ao verbo principal (ligado por hífen); (ii) quando a locução for constituída de um verbo auxiliar e um verbo no particípio, se os princípios relacionados em 1.1. não forem contrariados, o pronome átono pode vir proclítico ou enclítico (ligado por hífen) ao auxiliar.

1.3. Posições fixas: (i) ocorre a próclise com o gerúndio precedido da preposição *em*; (ii) ocorre a próclise nas orações exclamativas e optativas, com o verbo no subjuntivo e sujeito anteposto ao verbo.

2. A ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Para que um aluno do ensino fundamental estude a CPPA, ele deverá possuir, sem dúvida, conhecimentos prévios de vários tópicos morfológicos e sintáticos. Isso explica a posição da maioria dos autores de LDs em apresentar as regras de CPPA apenas nos volumes destinados à 8ª série. Cremos que, dentre outros assuntos também tidos como “pré-requisitos” para o estudo da CPPA, o estudo dos PPAs nas turmas de 5ª a 7ª séries, contribui intensamente para a eficácia no estudo da colocação de tais pronomes.

Sendo assim, dividimos esta análise em duas partes: a primeira mostra como os LDs iniciam o trabalho com a categoria PPA, enfocando o uso e conceitos apresentados, sem explicitação das regras de colocação; a segunda se detém na análise da CPPA de maneira estrita, isto é, como os LDs apresentam ao aluno as posições dos PPAs em relação ao verbo e as regras que governam tais posições.

2.1. Os pronomes pessoais átonos nos livros didáticos

Em Carvalho & Ribeiro (1998), a partir deste ponto designado por LD1, os autores introduzem a categoria gramatical pronome oblíquo na unidade 5 do exemplar da 5ª série. É apresentado ao aluno um quadro dos pronomes oblíquos¹ correlacionados às suas respectivas formas retas, seguido de um exercício estrutural de substituição, no qual os complementos verbais de frases descontextualizadas devem ser substituídos por um pronome oblíquo correspondente, conforme os modelos: “Mande salvar *o menino* = Mande salvá-lo. (...) Trouxeram *o embrulho* = Trouxeram-no” (pp. 114-115).

Em seguida, LD1 chama a atenção do aluno para as “formas de combinação dos pronomes oblíquos” (p. 115): *-lo(s)*, *-la(s)*, *-no(s)* e *-na(s)*, as quais haviam sido trabalhadas no exercício já mencionado. Por fim, os autores de LD1 mostram a possibilidade de combinações dos pronomes oblíquos entre si (*me + o = mo*, *te + o = to*, etc.), não propondo, entretanto, nenhum exercício a respeito, nem salientando a não ocorrência de tais combinações no português do Brasil.

Em Faraco & Moura (1997), designado a partir deste ponto por LD2, a familiarização do aluno com a categoria dos PPAs dá-se de maneira diferente: os autores distribuem, nos dois primeiros volumes (5ª e 6ª séries), o estudo de tais pronomes. Na unidade 6 do exemplar de LD2 destinado à 5ª série, após definir parcialmente a categoria gramatical pronome, os autores propõem o seguinte exercício:

“Em todas as frases seguintes há um pronome destacado. Identifique o substantivo a que se refere cada um desses pronomes.

a) Avise sua mãe de que alguém a procurou. (...) c) O garoto é muito egoísta. Não o solicitem para nada. (...) d) Perdi o meu caderno. Alguém o encontrou? (...)” (p.94).

Podemos observar que esse exercício, ao contrário do exercício proposto em LD1, trabalha a noção de coesão referencial. Apesar de os exemplos não serem de um texto, são mais adequados do que os exemplos de LD1. Tal atitude faz com que o aluno perceba uma das funções do PPA: seu uso como substituto de um nome já expresso anteriormente.

LD2 segue a sua abordagem apresentando um quadro com todos os pronomes oblíquos, seguido de um exercício que visa apenas à identificação de alguns pronomes, uma vez que, conforme comentário expresso no livro do professor, “a compreensão mais ampla desses pronomes exige conhecimentos de sintaxe que o aluno só vai adquirir na 6ª série.” (p. 96).

Munido do conhecimento sintático necessário para um maior aprofundamento nesse tópico gramatical, os alunos ampliam a sua visão acerca dos PPAs através do exemplar de LD2 destinado à 6ª série. Dentre algumas informações fornecidas, destacam-se: a função sintática de complemento verbal dos PPAs e as formas *-lo(s)*, *-la(s)*, *-no(s)* e *-na(s)*. Tais informações são seguidas de exercícios de substituição, com frases desprendidas de contexto, como, por exemplo, “Vamos reduzir *as despesas*. = Vamos reduzi-las”(p. 133).

¹ LD1 não divide os pronomes oblíquos em átonos e tônicos em nenhum momento da explanação do assunto.

Dessa forma, concluímos que ambos os LDs trabalham a categoria PPA de maneiras similares. Contudo, algumas diferenças podem ser percebidas: (i) LD1 introduz tudo o que se refere aos PPAs no volume da 5ª série. Com isso, casos como a contração dos pronomes entre si correm o risco de não ficarem bem compreendidos pelo aluno. Afinal, além de o aluno não ter conhecimentos de alguns tópicos da sintaxe necessários para a compreensão dos fatos (por exemplo, objetos direto e indireto), não tem o costume de ouvir frases em que aparecem essas contrações, como, por exemplo, *entregaram-lho*. (ii) LD2 divide o assunto nos dois primeiros volumes (5ª e 6ª séries), adequando a capacidade do aluno de assimilar fatos novos ao seu conhecimento prévio. Além de a aprendizagem se tornar mais eficaz, o intervalo de tempo entre esse tópico e a CPPA cai de 2 anos (intervalo de LD1) para 1 ano, o que diminui a possibilidade de esquecimento do conteúdo pelo aluno. (iii) LD1 aborda os conceitos e as regras gramaticais referentes aos PPAs a partir de exercícios realizados previamente, isto é, faz com que o aluno perceba os fatos e construa seus próprios conceitos e suas próprias regras, explicitando-as em seguida. (iv) LD2 utiliza a noção de coesão referencial no trabalho com os PPAs, ao relacionar duas orações com o mesmo referente, enquanto LD1 utiliza apenas exercícios de substituição, trabalhando com orações isoladas.

2.2. A colocação dos Pronomes Pessoais Átonos nos livros didáticos

2.2.1 A Colocação dos Pronomes Pessoais Átonos em LD1

Em LD1, o assunto é distribuído em um único capítulo - o capítulo 3 do livro da 8ª série. Inicia-se a explanação revisando os conceitos de pronome oblíquo e atonicidade, bem como listando os PPAs existentes: *me, te, se, lhe(s), o(s), a(s), nos e vos*. Em seguida, conceitua-se a próclise, a mesóclise e a ênclise (nessa ordem) e apresenta-se um exercício cujo objetivo é apontar “o tipo de colocação pronominal que ocorre” (p.70) nas frases. Assim:

“a) Não *lhe* quero mal. *Próclise*. b) Ouvi-lo-emos, calma. *Mesóclise*. (...)” (p.70)

A primeira regra a ser estipulada por LD1 é: “Não se começa uma oração com pronome oblíquo” (grifos meus). Ao contrário de Bechara (1999), os autores adotam o critério da oração, e não o do período. Para exemplificar essa regra, eles retiram a frase “Me diga mesmo, pelo amor de Deus!” do texto extraído da obra *O santo e a porca*, de Ariano Suassuna, que abre o capítulo 3, e pedem para que o aluno reescreva-a seguindo a norma culta. Como a frase original é um exemplo da modalidade falada no registro coloquial, a frase corrigida torna-se artificial, uma vez que o uso da próclise em início de períodos, ao contrário do uso enclítico, caracteriza esse coloquialismo.

Atentemos para esta afirmação presente em LD1: “A ênclise é a situação natural do pronome oblíquo átono na língua portuguesa.” (p.71). Ao afirmar isso, os autores se esquecem de uma significativa parcela que tem a língua portuguesa como língua materna: o povo brasileiro. Para nós, brasileiros, a situação *natural* do pronome oblíquo átono na língua portuguesa é a *próclise*, o que pode ser constatado de uma maneira muito simples.

Os seguintes exemplos foram extraídos de LD1, onde há a presença da ênclise devido à norma culta: “A saudade feria-lhe o peito” (p.70), “Diga-me mesmo, pelo amor de Deus!” (p.71), “Por favor, faça-me uma gentileza” (p.74) e “Está na hora de vestir-se para a festa” (p.74). Se colocarmos os PPAs em posições próclíticas nos exemplos citados, verificaremos que o uso da próclise - quando não é mais natural - é tão natural quanto o uso da ênclise no nosso linguajar espontâneo. Assim teríamos: *A saudade lhe feria o peito; Me diga mesmo, pelo amor de Deus!; Por favor, me faça uma gentileza; e Está na hora de se vestir para a festa.*

Dando continuidade à explicitação das outras regras de CPPA, LD1 apresenta “alguns casos que justificam a próclise” (p.71-72): a) palavra ou expressão negativa; b) pronomes indefinidos; c) advérbios que antecedem o verbo ao qual se liga o pronome; d) conjunções aditivas ou alternativas; e) pronomes relativos ou interrogativos; f) advérbio interrogativo; g) gerúndio regido da preposição *em*; h) oração exclamativa ou que exprime desejo. Em seguida, apresenta um exercício cuja finalidade é a justificativa das próclises destacadas nas frases. Assim:

“a) Jamais *me revelaram* o segredo. *Advérbio.*

b) Nunca *lhe pediram* o passaporte. *Palavra negativa*². (...)” (p.72)

Faz-se necessário destacar que, para Bechara (1999), os pronomes indefinidos e as conjunções aditivas e alternativas não obrigam o uso da próclise. Nesses casos, trata-se de “questão pessoal de escolha, atendendo-se às exigências da eufonia” (p.587).

Em se tratando da mesóclise, a opinião dos autores de LD1 também diverge da opinião do autor da *Moderna Gramática Portuguesa*. Este afirma que, com os verbos no futuro do presente ou no futuro do pretérito, a única posição não permitida é a enclítica; aqueles condenam também o uso da próclise, aceitando apenas a mesóclise em tais construções.

Finalmente, LD1 enumera “alguns casos que pedem a ênclise” (p.73): a) quando o verbo está no início do período; b) quando o verbo está no imperativo afirmativo; c) quando o verbo está no gerúndio, não precedido da preposição *em*; d) quando o verbo está no infinitivo impessoal. Mais uma vez, LD1 difere de Bechara (1999) no que diz respeito às regras b), c) e d), uma vez que, para este, tais regras não exigem o uso da próclise. Seguem, então, exercícios que objetivam a correção (e as justificativas correspondentes) de frases que “violam” as regras de CPPA expostas em LD1. Acerca da metodologia proposta por LD1 para o ensino da gramática em geral e, por conseguinte, para o ensino da CPPA, vale ressaltar alguns pontos contraditórios. Vejamos o que é afirmado na página 7 do manual do professor:

“Como evitar que o estudo das regras gramaticais torne-se um enfadonho exercício de memorização? Pensando nisso, procuramos abordá-las a partir de textos e de exercícios práticos, fazendo-as surgir naturalmente no interior do próprio ato de ler e de escrever. Dessa forma, as definições dos conceitos gramaticais foram apresentadas somente após o aluno ter construído seus próprios conceitos, sempre baseados nos

² É interessante observarmos que o livro do professor fornece duas justificativas diferentes (*Advérbio* e *Palavra negativa*) para um mesmo fato, uma vez que *jamais* e *nunca* são, ambos, advérbios de tempo, bem como “palavras negativas”.

conhecimentos já adquiridos.”

É notório que, na primeira parte de nossa análise (item 2.1.), essa atitude foi observada. Entretanto, não podemos dizer o mesmo a respeito do ensino da CPPA em LD1. Seus autores, contrariando a metodologia proposta, na maioria das vezes, não abordam as regras de CPPA a partir de textos, como também não apresentam essas regras após o aluno tê-las assimilado, assim como procedeu no trabalho com os PPAs, no exemplar da 5ª série. Ao contrário do que se esperava, as regras são apresentadas e depois seguidas de exercícios tradicionais, como foi verificado na análise.

2.2.2. A Colocação dos Pronomes Pessoais Átonos em LD2

LD2 se diferencia de LD1, na medida em que apresenta a CPPA em três unidades distintas do exemplar da 8ª série: as unidades 1, 7 e 15. Na unidade 1, são retiradas de *Beijos*, texto de Luís Fernando Veríssimo, duas frases em que aparece um pronome átono iniciando-as: *Me passei na conta e Me descontrolei, pronto*. A explicação prossegue da seguinte forma: “A gramática afirma: não se começa frase com pronome oblíquo. Esse pronome deve ser colocado depois do verbo. Mas, na linguagem coloquial, é extremamente comum começar frase com pronome oblíquo” (p.14). Em seguida, é solicitada ao aluno a reescrita das frases, de acordo com a norma gramatical. Dessa forma, a regra vai sendo assimilada pelo aluno naturalmente, uma vez que LD2 comparou a norma gramatical exigida no registro formal escrito ao registro coloquial.

Na unidade 7, LD2 retoma o assunto de maneira bastante peculiar. Parte da formulação de uma “regra geral de colocação pronominal (...): o pronome pessoal oblíquo deve aparecer depois do verbo da oração” (p.96). Registra, em seguida, as palavras que “atraem” os PPAs: as conjunções subordinativas, os advérbios de tempo e as palavras de valor negativo. É importante verificar que todas as frases que exemplificam as regras são extraídas do texto que abre a unidade. Essa abordagem é encerrada com o seguinte exercício estrutural:

*“Reescreva as frases, acrescentando, no lugar indicado por um *, as palavras dos parênteses e alterando a posição do pronome oblíquo. Oriente-se pelo exemplo.*

** Esqueci-me de você. (não); Não me esqueci de você.” (p. 96)*

Deve-se observar que, até este ponto, ainda não foram apresentadas ao aluno as noções de próclise, ênclise e mesóclise. Uma segunda observação diz respeito às regras de CPPA explicitadas: nenhuma delas contraria as regras descritas em Bechara (1999)³.

Por fim, na unidade 15 (última unidade de LD2), são apresentados os conceitos de próclise, mesóclise e ênclise (nessa ordem). São apresentadas também, juntamente com as regras já explicitadas nas unidades 1 e 7, as outras regras de CPPA. Confrontando essas regras com as descritas em Bechara (1999), verificamos as seguintes con-

³ Note que a regra estabelecida por LD2 -as conjunções subordinativas “atraem” o pronome- equivale ao item 1.1. (ii).

tradições: os pronomes indefinidos exigindo a próclise, o que, como vimos, para Bechara, é opcional; os verbos no futuro do presente e no futuro do pretérito exigindo a mesóclise, sem fazer nenhuma referência à possibilidade de uso da próclise; e os verbos no imperativo afirmativo e no infinitivo impessoal exigindo a ênclise, o que, mais uma vez, é considerado por Bechara uma questão de escolha pessoal.

Sempre após a explicitação dos conceitos e regras, há uma série de exercícios estruturais semelhantes aos encontrados em LD1.

CONCLUSÕES

Comparando os dois LDs analisados, verificamos que, no conjunto, LD2 apresenta uma proposta mais eficaz de ensino da CPPA do que LD1. Vários fatores - como o uso de exemplos retirados dos textos ou a maior proximidade a Bechara (1999) ao descrever as regras de CPPA - contribuem para esse fato⁴. Entretanto, cremos que um deles é o responsável pela maior diferença entre as metodologias dos livros: a distribuição dos assuntos no decorrer dos exemplares. Tal atitude faz com que o aluno sempre esteja em contato com o assunto, o que acarreta a sua familiarização.

Apesar dessas qualidades existentes em LD2, verificamos alguns pontos que precisam ser repensados. Por exemplo: em nenhum momento (de ambos os LDs), é passado ao aluno que a mesóclise se encontra praticamente extinta nos domínios da língua falada. Acreditamos que o sucesso do aprendizado da norma padrão só é atingido quando esta é articulada às modalidades e aos vários registros da língua, fazendo com que o aluno compare as diferentes formas de dizer uma mesma coisa. Um outro problema encontrado refere-se à crença de que os falantes brasileiros do português colocam os PPAs aleatoriamente nas construções realizadas de modo espontâneo. Isso pode ser verificado na seguinte passagem extraída de LD2: “No Português falado e escrito no Brasil hoje, não existem regras fixas de colocação pronominal” (p. 214). Tal posicionamento deve ser combatido, uma vez que nós, brasileiros, nos utilizamos dos PPAs de acordo com regras fixas de colocação. O problema é que essas regras não são explicitadas pela gramática tradicional, que insiste em nos impor outras regras: as que governam a sintaxe de CPPA dos portugueses. Atentemos para a oportuna observação de Perini (1997), quando afirma que as nossas regras “não são regras que *mandam* a gente falar deste ou daquele jeito; são regras que *descrevem* como é que as coisas devem ser lá na mente dos falantes” (p.81).

Sendo assim, os autores de LDs de língua portuguesa precisam ter em mente que, quando o ensino de gramática é realizado sem a exclusão dos registros informais - ou seja, sem a exclusão da língua apreendida pelo aluno e por ele levada à escola como sua bagagem lingüística - torna-se muito mais eficaz. Inclui-se aqui o ensino de todos os tópicos gramaticais abordados de modo estritamente normativos, e, conseqüentemente, a sintaxe de colocação dos pronomes pessoais átonos.

⁴ Necessário faz-se frisar que a *Moderna Gramática Portuguesa*, repito, base fundamental para toda a análise, foi publicada em 1999, enquanto LD1, em 1998. Portanto, apenas o desacordo entre os autores dessas obras - fato tão enfatizado na nossa análise - não é suficiente para invalidar o manual de ensino de língua. Contudo, é recomendada às autoras uma revisão nas normas por elas estabelecidas, no que tange às regras de colocação dos pronomes aqui estudados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, E. (1999). *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna.
- CARVALHO, Â. e RIBEIRO, J. (1998). *Nossa Palavra: 5ª-8ª série*. São Paulo: Ática.
- FARACO, C. e MOURA, F. (1997). *Linguagem Nova: 5ª-8ª série*. São Paulo: Ática.
- GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS (1998). 5ª-8ª série. Brasil: PNLD.
- MENDONÇA, M. R. de S. (1999). *A sintaxe nos livros didáticos*. (mimeo).
- PERINI, M. A. (1997). *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática.